

AS REPRESENTAÇÕES DO PODER IMPERIAL NA TETRARQUIA

*Norma Musco Mendes**

*Diogo Pereira da Silva***

Abstract

In this article, we aim to analyze the forms of symbolic representation of imperial power in the Later Empire. Therefore, we investigate textual, iconographic and numismatic sources intend to establish the characteristics of the power's discourse diffused at the time of Tetrarch.

Keywords: Roman Empire; Tetrarch; power, representation.

Resumo

Neste artigo temos por objetivo analisar as formas de representação simbólica do poder imperial no Baixo Império. Por esta razão, investigamos documentações textuais, iconográficas e numismáticas, tendo por objetivo estabelecer as características dos discursos de poder difundidos na época da Tetrarquia.

Palavras-chave: Império Romano; Tetrarquia; poder; representação.

No âmbito do Laboratório de História Antiga do IFCS/UFRJ, venho realizando um Projeto Coletivo de Pesquisa, que integra alunos de graduação e de pós-graduação, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, sob o título “Império: teoria e prática imperialista romana”¹.

* Professora Associada de História Antiga do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Pesquisadora de Produtividade II do CNPq. Líder de Grupo de Pesquisa do CNPq.

** Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ. Membro do Laboratório de História Antiga (LHIA).

Esse projeto, ao estar vinculado ao Programa de Pós-graduação em História Comparada do IFCS/UFRRJ, se preocupa em construir um campo de experimentação de pesquisa sobre o conjunto de elementos que caracterizam a formação, reprodução e desagregação de Impérios. Nosso campo de pesquisas enfoca, especificamente, as variáveis contidas na experiência imperialista romana.

Considerando que seguimos o princípio de que o comparativismo se faz através do diálogo e da divulgação dos resultados obtidos pelas pesquisas da equipe, publiquei, juntamente com o ex-bolsista de Iniciação Científica, Yuri Correa Araújo, um artigo intitulado “Epigrafia, Sociedade e Religião: O caso da Lusitânia”, na Revista **Phoênix** 2007; também elaborei um artigo com a ex-bolsista de Iniciação Científica, Airan dos Santos Borges, sobre “Os Calendários Romanos como Expressão de Etnicidade”, a ser publicado na **Revista Histórica Questões e Debates**, sob a organização da Prof.^a Dr.^a Renata Garraffoni.

Prosseguindo com esta prática de trabalho em equipe, a qual caracteriza a existência do LHIA, neste número da Revista **Phoênix**, tenho como objetivo divulgar os resultados obtidos pela pesquisa do ex-bolsista de Iniciação Científica, Diogo Pereira da Silva², intitulada “As Múltiplas Faces do Imperador ou ‘O Escolhido de Deus’”. Ressalto que as análises contidas nos referidos artigos, têm como preocupação discutir as questões relacionadas com a diversidade e a singularidade dos processos de manutenção e reprodução do sistema de domínio imperial, sob a ótica da conexão entre poder e cultura.

Particularmente, no presente artigo, pretendemos analisar a interação entre o político e o religioso, vinculada às questões relacionadas com a representação da imagem do imperador, a qual expressa a legitimação da natureza do seu poder. De acordo com os marcos cronológicos e espaciais da pesquisa, enfocaremos como a legitimação da natureza do poder imperial, expressada através dos atributos que representavam a imagem do imperador, passou a interagir com a cultura política do Baixo Império, ou seja, com a forma como indivíduos e grupos concebiam e percebiam a figura do imperador (ELSNER, 1998, p. 1-14).

Essa representação do poder imperial visava a atingir a totalidade da sociedade romana e, deste modo, passa a se constituir como um objeto político (RÉMOND, 1996, p. 444). Certamente, tal pressuposto nos repor-

ta à Nova História Política, enriquecida pela construção da noção de cultura política como: “um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseiam os atores” (ALMOND; VERBA, 1963, 1980).

Como ponto inicial, partimos do princípio de que não podemos analisar o religioso e o político como duas esferas distintas; neste sentido, procuramos focar as múltiplas dinâmicas de interdependência, interseção e complementaridade entre o campo político e os demais campos que compõem a complexidade social, sem a predominância de quaisquer abordagens (RÉMOND, 2003, p. 447).

Dessa forma, limitar-nos-emos à análise da interação do político e das forças religiosas, com o objetivo de compreender o sistema de representação do poder imperial romano no período do imperador Diocleciano (284-305)

II

Um dos marcos expressivos da História Romana é, sem dúvida, o da estruturação do sistema político da Tetrarquia em finais do século III. O estudo desse período é dificultado em virtude da escassez de documentação e, geralmente, é analisado como uma época entre o Principado augustano e o Império Cristão de Constantino, em detrimento de sua especificidade. No entanto, neste artigo, objetivamos ressaltar o sistema da Tetrarquia como um momento em que se tornou insustentável a ambigüidade expressada pela ideologia do Principado³ em relação à natureza do poder imperial. Por conseguinte, observamos que as inovações realizadas por Diocleciano, para legitimar o poder imperial dos tetrarcas, nos auxiliam a entender o processo de construção da identidade imperial romana associada a uma cultura política, cada vez mais marcada pela presença de uma Deidade Suprema – *Summus Deus* – que governa o cosmos.

Por sua vez, a época da Primeira Tetrarquia (284-305) deve ser vista como um período de estabilidade frente aos sucessivos problemas que o Império enfrentou durante o período da Anarquia Militar: a ingerência das legiões na escolha do imperador, os governos de curta duração, as dificuldades enfrentadas na sucessão, problemas que acabaram por minimizar o potencial defensivo do Império Romano (GONÇALVES, 2006, p. 187).

O Império Romano do qual Diocleciano se tornou imperador em 284 era, pois, um mundo dominado pelo estado de guerra constante, que estendeu o gasto de recursos materiais e humanos aos limites. As repetidas invasões germânicas e persas, que ameaçavam as fronteiras setentrionais e orientais, mostravam que o Império, antes agressor, encontrava-se, progressivamente, na posição defensiva.

Nesse período, vemos que o imperador que não conseguisse lidar com a ameaça bárbara numa região particular, abria espaço para que um general ativo em outra província, e que obtivesse um sucesso militar, fosse apresentado como candidato a assumir a púrpura imperial. Inevitavelmente, isso resultou numa multiplicidade de imperadores mutuamente hostis, e que acabaram por se precipitar em uma série de guerras civis.

Esse ciclo de guerras civis e externas não apenas drenava os recursos do Império como também causava a fragmentação da infra-estrutura econômica de comércio e agricultura. A situação foi ainda mais exarcebada pela corrupção administrativa e pela política governamental de desvalorização da base monetária, o que levou ao colapso do sistema monetário, à difusão da fraude e a uma inflação galopante.

Quando assumiu a púrpura imperial, Diocleciano enfrentou praticamente os mesmos problemas que seus antecessores.

Inicialmente, se engajou numa guerra contra Carino (**SHA Carus et Carinus et Numerianus X 1**), em seguida, teve de lidar com as invasões ao largo do *limes*, complicadas, na Gália, por revoltas camponesas relacionadas à opressão fiscal e ao desenvolvimento do *colonato* – o movimento bagáudico (SILVA; MENDES, 2006, p.198. WATSON, 1999, p. 98).

Diocleciano saiu-se vitorioso após uma série de campanhas, desde a Britânia, no Ocidente, até a Mesopotâmia, instaurando um período de relativa estabilidade no Império Romano.

Havia também outros problemas mais graves e estruturais. Em primeiro lugar, a questão da sucessão e da legitimidade imperiais: afinal, como assegurar a continuidade do poder imperial após a morte do soberano, além de sua aceitação universal e inquestionável?

A solução desenvolvida por Diocleciano para consolidar sua posição foi o exercício colegiado do poder, a partir da *divisão do Império Romano* com três outros imperadores. Dessa forma, passaram a existir dois *Augustos*

e dois *Césares*, os quais sucederiam automaticamente os *Augustos*, à morte ou abdicação destes.

Os imperadores também estariam ligados entre si por laços de adoção e vínculos matrimoniais. O Augusto Sênior reinante e seu César se achavam sob a proteção especial de Júpiter, enquanto que o outro Augusto e seu César estavam protegidos por Hércules, seus antepassados míticos, dos quais eram representantes.

A esse sistema político denominou-se Tetrarquia, sendo não uma solução *a priori* maquinada por Diocleciano; antes disto, resultou de um processo catalisado pelas pressões germanas no território da Gália, e que começou a tomar forma quando Diocleciano elevou Maximiano (286-305; 307-310), inicialmente, à dignidade de César e, logo em seguida, à dignidade de Augusto, em 286.

Em vista disso, Maximiano possuía a mesma dignidade de Diocleciano, sendo seu *irmão* – *frater* –, mas a sua autoridade era inferior à do Augusto Sênior (**Mamertino. Pan. Lat.** II (10), 1,5; 4,1; 9,1-3; *c.f.* LACTÂNCIO. **Sobre as morte dos perseguidores – MP – VIII 1**). A simbologia do sistema pode ser estabelecida da seguinte forma: Diocleciano, o filho de Júpiter, tinha como co-imperador Maximiano, o filho de Hércules, e, assim, descendente de Júpiter.

A distinção apresentava como apanágio a união dos *Augustos* em torno da concórdia e da unidade política, entretanto, era Diocleciano que dirigia a política e Maximiano Herculéo quem efetuava as ações.

Por mais que os bens que nos cumulam o céu e a terra nos pareçam devidos à intervenção de diversas divindades, provêm não obstante das divindades soberanas, de Júpiter, senhor do céu, e de Hércules, pacificador da terra; da mesma forma, nas mais nobres empresas, ainda aquelas que se realizam sob o mandato imediato dos demais, Diocleciano é quem toma as iniciativas e tu [i.e. Maximiano] és quem as leva a cabo. (Pan. Lat. II (10), 11,6)

Os motivos mitológicos representavam a relação entre Diocleciano e Maximiano – este foi elevado à dignidade imperatória para ajudar o Augusto Sênior em sua tarefa de reordenamento do *orbis romanorum*, assim como Hércules foi engendrado por Júpiter.

Maximiano era um ilírico de espírito guerreiro (**Pan. Lat.** II (10), 5,3; **LACTÂNCIO. MP.** VIII 2), e executou os trabalhos imputados por Diocleciano. Entretanto, no ano de 290, inúmeras forças se alvoroçaram sobre o Império Romano, de uma forma que o sistema da diarquia não podia mais controlá-las de forma efetiva.

A rebelião do general Caráusio – em seguida, Alecto – na Britânia, não somente levava perigo à Gália, como também, através de seus contatos com os povos do Baixo Reno, colocava em risco o domínio diárquico sobre a região; a defesa do *limes* danubiano não podia também ser negligenciada; e, a leste, o poderoso Império Persa sassânida organizava uma ofensiva.

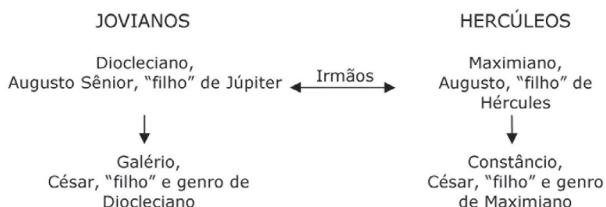
Este foi o pano de fundo no qual a decisão foi tomada: Diocleciano como imperador sênior, e fonte última da lei, estendeu o governo imperial de uma diarquia para uma tetrarquia, como forma de fazer frente às múltiplas hostilidades.

Um primeiro reflexo da formação da Tetrarquia foi o aumento do número de divisões militares. Lactâncio⁵ (**MP VII** 1-2) afirma que o estabelecimento da Tetrarquia implicou o aumento das taxações para sustentar o crescente efetivo militar e os gastos com os soldados. No entanto, a crítica historiográfica atual (**CORCORAN, 2006; GOLDSWORTHY, 2003**), refuta essas afirmações, defendendo a idéia de que esses números são exagerados, uma vez que os imperadores se encontravam diante de dificuldades de recrutamento, além da perda de efetivos nas guerras. Assim sendo, a burocratização da administração central, a corte, as pressões externas e as reformas militares implicaram a ampliação dos custos com a complexidade político-administrativa, explicando a necessidade da reforma fiscal e monetária..

Os novos parceiros eram Constâncio (293-306) e Galério Maximiano (293-311): o primeiro, um general a quem se atribuía uma origem nobre – uma ascendência, possivelmente forjada, do imperador Cláudio II, o Gótico (268-270) (**Pan. Lat.** VII, 2,1; **SHA Diuus Claudius VIII,3**) –, o segundo, um homem humilde, ao qual Lactâncio atribui uma ascendência bárbara (**LACTÂNCIO MP.** IX,1-3).

Ambos os *nobilissimi Caesari* entraram na *gens Valeria*, à qual Diocleciano e Maximiano pertenciam. A Casa Imperial desdobrada encontrou-se reunida sob a autoridade estrita do Augusto *Joviano*, Diocleciano, e reforçada pelo compromisso da *pietas* – o senso de dever entre deuses e homem.

De forma esquemática, as relações entre os membros da Tetrarquia se desenvolviam da seguinte forma:



Esquema 1: O sistema da Tetrarquia (SUTHERLAND, 1966, p.9)

Com a adoção deste sistema, Diocleciano esperava evitar um perigoso interregno à morte de um imperador, como havia ocorrido anteriormente, além de exaltar o prestígio e a autoridade do cargo imperial.

O segundo problema a resolver era o de conseguir uma ligação entre o governo central – donde se originavam as decisões – e os servidores locais – encarregados de pô-las em prática –, principalmente no que concerne às ações relativas à manutenção do Império.

Para tal, Diocleciano inicialmente reduziu o tamanho das províncias e incrementou seu número, agrupando-as em dioceses sob a jurisdição de um *uicarius* (originalmente, um representante do prefeito do pretório), e nomeou vários prefeitos pretorianos, cada um deles responsável por uma grande região do Império.

Os servidores nessa hierarquia não só tinham acesso a seus superiores imediatos, como também, em alguns casos, podiam se dirigir aos que ocupavam um escalão superior. Os novos postos da administração civil foram ocupados, em sua maior parte, por indivíduos da ordem equestre que haviam servido o exército (PIGANIOL, 1949, p.446; SILVA; MENDES, 2003, p.203-210).

Com essa resolução, Diocleciano desenvolveu um sistema político baseado numa rede de servidores, o que imprimia o caráter tradicional a seu sistema.

III

Nos **Panegíricos Latinos** – séries de discursos proferidos em elogio aos imperadores –, especialmente os dedicados a Maximiano Hércúleo – o **Mamertini panegyricus Maximiano Augusto dictus** (289) e o **Genethliacus Maximiano Augusto** (291)⁶ –, observamos os principais temas relativos ao ideário e mística imperiais que subjaziam ao sistema político da Tetrarquia.

Era idéia comum no pensamento político-religioso greco-romano, desde o período helenístico, que um governo estável reproduzisse na Terra o governo do cosmos (CHESNUT, 1978, p. 1310-1312; HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 30-35). Assim, nada mais razoável que a explicação dada no panegírico de 289, no qual os poderes de Diocleciano e Maximiano emanavam de “Júpiter, senhor do céu, e de Hércules, pacificador da terra” (**Pan. Lat. II** (10), 11,6).

Para Elizabeth Digeser (2000, p. 29), na criação de um sistema político que reclamava refletir um cosmos no qual Júpiter reinava supremo (embora auxiliado por outras deidades), Diocleciano atribuía grande importância aos cultos tradicionais – em particular, ao culto de Júpiter e Hércules.

Conseqüência dessa ênfase nos atributos divinos de legitimidade do poder imperial foi o desenvolvimento de toda uma mística imperial em torno de Diocleciano e Maximiano que, na linguagem pomposa dos panegíricos, apresentavam-se como co-partícipes da natureza divina de Júpiter e Hércules.

Desde finais da década de 280, quando havia apenas a Diarquia, começou a se elaborar um ideário e mística imperiais, que, subseqüentemente, evoluíram, buscando explicar a origem divina e as relações entre os imperadores e as divindades.

O primeiro exemplar desse ideário imperial é o panegírico de Mamertino, pronunciado em Trêves, em 289. Esse panegírico torna-se peça fundamental para a análise das primeiras reivindicações legitimadoras de Maximiano como o filho de Hércules, e de Diocleciano como filho de Júpiter, além do relacionamento entre os dois Augustos, como espelho da relação entre Júpiter e Hércules.

Quando te fizeste cargo de todas estas obrigações recebidas da mão do melhor dos irmãos [i.e. Diocleciano], tu [i.e. Maximiano] deste mostras de tua força e ele de sua sabedoria. Pois não puseste tua salutar mão no leme quando o navio da República tinha vento favorável na popa, mas nos momentos em que, para refazer a situação depois da crise de naufrágios dos tempos passados, só bastava uma ajuda divina e ainda que esta não sozinha, tu, ao lado do príncipe, sustiveste o poder romano que se derrubava, com tanta oportunidade como aquela com que teu antepassado Hércules ajudou em outro tempo a vosso soberano Júpiter nas dificuldades que lhe criou a guerra dos Titãs, tomando uma grande parte na vitória, e com a que demonstrou que havia recebido dele. (Pan. Lat. II(10),4,1-2)

Dessa forma, as analogias mitológicas explicam as relações de poder na Diarquia – e, posteriormente, na Tetrarquia –, na qual *Jupiter Optimus Maximus* era a fonte última do poder dos imperadores.

Quando a Tetrarquia já era uma realidade consumada, um panegirista anônimo expôs que a relação existente entre os quatro imperadores encontrava-se em perfeita harmonia cósmica, e desta forma, refletia na Terra o arquétipo celeste do número quatro:

Ademais, independentemente dos interesses e do cuidado da República, esta majestade que aparenta com Júpiter e com Hércules aos príncipes joviano e hercúleo, exigia para eles algo semelhante ao que existe no universo inteiro e no mundo celeste. Pois este número de quatro, símbolo de vosso poder, é a força e a alegria de quanto há de maior: assim, os elementos são quatro, quatro as estações, quatro as partes do mundo divididas pelo duplo oceano, e os quinqüênios regressam após um quádrupla revolução dos céus, e são quatro os cavalos do Sol, e os dois brilhos do céu vêm a se adicionar Vésper e Lúçifer. (Pan. Lat. IV (8), 4,1-2)

Um segundo fundamento do ideário tetrárquico era a *concordia* existente entre os imperadores. Essa idéia foi forjada no período de Diarquia (286-293), e se manteve no discurso imperial até 324, quando Constantino se tornou o único imperador:

É uma conseqüência de vossa concórdia, príncipes sem inveja, que a sorte responda a vós com uma tão grande igualdade nos êxitos. (...) Assim, ainda que a majestade imperial aumentou-se com vossa dupla divindade, vossa concórdia mantém a excelência de uma autoridade única. (Pan. Lat. II (10), 11,1-2)

Um terceiro aspecto que pode ser entrevisto nos discursos imperiais é o estabelecimento de uma realeza sagrada, marcada pela identificação do imperador com o arquétipo transcendente, o qual legitimava a dominação de tipo carismática, sendo os imperadores vistos como pertencentes a uma natureza superior ao conjunto dos súditos.

Em torno dessa realeza sagrada tetrárquica, estabeleceu-se um conjunto de ritos, cerimônias, atributos místicos e símbolos de poder, dentre os quais se encontravam:

Vossas túnicas triunfais, os fascas consulares, as cadeiras curuis, este séqüito esplendoroso, esta claridade que cinge vossa cabeça divina com um nimbo resplandecente, são os magníficos e augustíssimos ornamentos que se devem a vossos méritos. (Pan. Lat. II (10), 3,2)

Mamertino se referiu, por um lado, aos símbolos tradicionais romanos que, desde o período republicano, figuraram entre os atributos de poder: os fascas consulares e a cadeira curul. E, por outro lado, incluiu entre esses atributos de poder o séquito e o nimbo resplandecente – este último símbolo denota a sacralidade do imperador e sua natureza superior à dos demais homens.

De forma semelhante, as cerimônias apresentam-se como discursos de poder, como o “transcrito público”⁷ (SCOTT, 1990, p. 47-48), que pretendia reforçar o caráter sagrado e transcendente do poder imperial, cujos reflexos eram a submissão, principalmente, dos membros das elites – que eram admitidos nas cerimônias –, como as *adorationes*, conforme narrado pelo próprio Mamertino:

Que momentos aqueles, deuses bondosos! Que espetáculo o que ofereceu vossa piedade quando, em vosso palácio em Milão, aparecestes os dois aos que haviam sido admitidos a adorar vossas sagradas faces e quando a inesperada presença de vossa dupla

divindade desconcertou as homenagens que de logo se dirigiam a uma só. Ninguém observou a hierarquia das divindades de acordo com o protocolo habitual: todos detiveram o tempo a adorar-vos, tardando em cumprir um duplo dever de piedade. Este ato de adoração, que havia permanecido de certo modo oculto no interior de um santuário, paralisou de estupor somente as almas daqueles cuja posição entre os dignitários dava acesso à vossa presença.
(Pan. Lat. III (11), 12,1-2)

Isolado e exaltado como nunca anteriormente, o imperador se cercou de atributos de um elaborado cerimonial de corte, provido de vestes e pedrarias, sendo uma figura sagrada. Para essas quase-divindades os gestos próprios não eram mais as saudações, mas a prostração – *adoratio*, *prokynesis*. Nessas cerimônias, tais pessoas se ajoelhavam e beijavam a barra do manto do imperador.

Ser um no círculo dos *admissionales*, aqueles que regularmente se encontravam na presença divina, era uma honra e símbolo de uma alta posição ocupada na hierarquia.

De forma similar, em muitas ocasiões em que esse poderoso imperador mostrava-se para o povo ou se dirigia aos soldados, isso era vivenciado como um festival, uma epifania na qual o governante divino transmitia graça através de sua expressão.

Sua liteira ou biga, seus soldados, em flamejante púrpura e ouro, e seu progresso medido, sua recepção pela cidade, seriam recebidos por hinos cantados, incensos queimados, animais sacrificados, archotes e outras posturas apropriadas não apenas ao guia da *Res publica* romana, mas aos descendentes e representantes de Júpiter e Hércules. Ou, como nos retrata Mamertino:

Mas agora, tão logo como em uma e outra montanha dos Alpes luziu vossa divindade, sobre a Itália se difundiu uma luz mais brilhante e todos os que haviam levantado os olhos ficaram estupefatos ao mesmo tempo em que se perguntavam que deuses se alçavam nos cumes desses montes e se eles se utilizavam desses degraus para baixarem do céu à terra. Mas quando, à medida que ias te aproximando, as pessoas começaram a reconhecê-los todos os campos se encheram não somente de homens que haviam acudido

correndo, como também rebanhos de animais que abandonavam seus pastos longínquos e os bosques; os camponeses corriam de uns a outros e anunciavam em todas as aldeias o que haviam visto: sobre os altares se acendiam fogueiras, se vertiam sobre elas incenso, se faziam sobre elas libações de vinho, se imolavam vítimas; em todas as partes havia danças e se ouviam palmas; o povo cantava aos deuses imortais cantos de louvor e gratidão; o povo invocava a Júpiter, não ao que nos legou a lenda, mas ao visível e presente; o povo adorava a um Hércules que não era um estrangeiro, mas o imperador. (Pan. Lat. III (11),10,4-5)

O imperador não era mais o *primus inter pares*, mas alguém que demandava a *adoratio/prokynesis*. O imperador foi destacado como um *dominus*, não mais um *princeps*, como bem expressaram Simon Corcoran (2006, p. 43) e Harold Allen Drake (2000, p.44-57).

Condigno a Weber (1999, p.139), a submissão a uma autoridade define-se em torno de motivos – conscientes ou não –, e, antes de tudo, em certa vontade mínima de obedecer, no interesse na obediência, que faz parte da autêntica relação de dominação.

Os motivos de dominação – que se encontram vinculados às táticas individuais dos membros das elites – estabeleciam-se sobre um equilíbrio instável, logo, havia a necessidade de se desenvolver uma crença na legitimidade dos imperadores, através da difusão de uma série de discursos de poder (as cerimônias, os panegíricos, as moedas, as estátuas...).

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos analisar as cerimônias e os panegíricos – que eram pronunciados nestas cerimônias – como relacionados às redes de patronato, fundamentais à estruturação do Império Romano. Pois, o objetivo de um orador eminente, chamado a pronunciar um discurso laudatório perante o imperador, era receber benefícios para si e para a sua cidade.

Dessa forma, seus pronunciamentos eram condizentes com o sistema de representações imperiais, ou a forma como os imperadores queriam se apresentar e desejavam ser vistos. Os panegiristas enunciaram o ideário imperial, numa época em que a afirmação do poder imperial repousava cada vez mais nos atributos sagrados de poder.

IV

A forma mais importante de disseminação da imagem de um sistema político é, sobretudo, feita através das imagens, como os monumentos, as estátuas e as moedas (ELSNER, 1998, p.11-14).

O ideário do período da Tetrarquia encorajou uma afável uniformidade na imagética imperial, com Augustos e Césares retratados igualmente no mesmo tipo de perfil, cabelos e barba, freqüentemente com vestes militares, com mantos e armaduras.

Um exemplo impressionante de estatuária, que representa as principais características do sistema tetrárquico – a gestão colegiada, a adoção e a concórdia – é o chamado *Pórfiro dos Tetrarcas*. Este se encontra, atualmente, embutido na aresta sudeste da Catedral de São Marcos, em Veneza, para onde foi trazido, da cidade de Constantinopla, no século XIII.

Nessa estátua (Imagem 1), os tetrarcas, entalhados no pórfiro – pedra extremamente rara e dura, de cor púrpura, a cor imperial por excelência, e cujas grandes jazidas se encontravam na região da Tebaida –, foram representados de forma quase indistinta: são do mesmo tamanho, apresentam o mesmo tipo de coroa, o mesmo tipo de vestimentas militares, o mesmo tipo de espada. A exceção encontra-se no detalhe da barba que cada imperador, à esquerda de cada par, exhibe.

O abraço de Augusto em seu respectivo César, por sua vez, denota a adoção, e a entrada dos mesmos nas famílias *Joviana* e *Hercúlea*. O mesmo tamanho das estátuas e a mesma expressão facial indicam a concórdia e a igualdade existente entre os membros da Tetrarquia.

Por fim, nessa representação, a barba foi utilizada na distinção dos Augustos, pois a face imberbe era a marca dos Césares, marcando a senioridade e a hierarquia (ELSNER, 1998, p.61).

As estátuas representavam a ubiqüidade dos imperadores, e sua divindade, embora apenas a um grupo restrito das pessoas que passavam ou viviam nas cidades onde se encontravam tais monumentos, representando uma forma de transcrito público do regime imperial

Pelo estudo de utilização do espaço público, podemos inferir os objetivos, os valores, as transformações e os contextos sociais, a forma como os titulares do poder desejavam ser representados, e o poder dessas imagens. Dessa forma, conforme demonstrou Paul Zanker (1988, p. 1-4)

para o período de Augusto, a arte e a arquitetura encontravam-se a serviço do poder político, refletindo a sociedade em suas transformações e complexidades.



Imagem 1:

Pórfiro dos Tetrarcas

Descrição: Tetrarcas em vestes militares, com mantos, espada e coroa. **Período:** 293-303 d.C.

Material: pórfiro.

Altura: 2,20 m.

Proveniência: Constantinopla, trasladado para Veneza, Catedral da São Marcos (1204).

Bibliografia: ELSNER, Jace. **Imperial Rome and Christian Triumph**, 1998, p. 62.

Mais ubíquas que os monumentos e estátuas eram as moedas oficiais e medalhões. Através de um processo de moedagem regular, os imperadores podiam facilmente utilizar a cunhagem imperial como meio de propaganda, como bem chamou atenção Béranger (1973, p.411):

Em Roma, a mensagem política imediata e rápida, a difusão de uma idéia ou de um programa, sob forma de slogan, se fazia por intermédio do melhor meio de comunicação de massa, a moeda, que representava a função de nossos impressos, e de nossos selos postais com seus lemas e suas vinhetas.

Embora os estudiosos ainda debatam a importância, e mesmo efetividade da moeda como um meio de comunicação, não há nenhuma razão para duvidarmos de que os romanos estivessem cientes da função das moedas como forma de exibição da imagem do poder de Roma, dos imperadores e de suas crenças.

A partir da formação do Principado, na época de Augusto, os símbolos e as inscrições tornaram-se padronizados, e os temas principais permaneceram estáticos até o período do Baixo Império (HOWGEGO, 1995, p.75). Entretanto, essa padronização não impediu o desenvolvimento de novos temas políticos ligados a conjunturas específicas, como as divindades solares sob Heliogábalo (218-222) e Aureliano (270-275).

A moeda deve ser reconhecida como uma forma pela qual os imperadores indicavam suas intenções, seus objetivos e suas prioridades. Sobre o espaço de poucos centímetros quadrados, temos condensados e resumidos – por imagens e legendas – sentimentos, pensamentos, informações, atribuições.

A tipologia das moedas imperiais e suas inscrições representavam o ideário imperial e as atribuições dos imperadores, através de formas de expressão baseadas numa rica iconografia, assim como numa abrangente estenografia. Com esses dois desenvolvimentos, as moedas se tornaram mais efetivas como meio de comunicação, capazes de carregar em seus espaços restritos, se não um discurso completo, pelo menos uma mensagem concisa, “as idéias e os programas” dos imperadores (BERANGER, 1973, p. 411).

Mais especificamente no período da Tetrarquia, os reversos das moedas exibiam a aprovação dos deuses do Império Romano – Júpiter e Hércules, e também de divindades guerreiras, como o tradicional Marte e – em menor escala – o *Sol Inuictus*.

As legendas celebravam os temas da Tetrarquia: a unidade do povo Romano – especialmente através do *Genius Populi Romani* – e também das dinastias Hercúlea e Joviana, através da glorificação da concórdia entre os imperadores, de forma análoga aos panegíricos.

A sacralização do cargo imperial existente no governo de Diocleciano não resultou de uma mudança súbita e impressionante. Também a escolha de Júpiter e Hércules como ancestrais epônimos, não foi inspirada por delusões megalomânicas de um politeísmo moribundo (DRAKE, 2000, p.129). Desde meados do século III, os imperadores começaram a expressar uma conexão com um arquétipo divino; desta forma, o prestígio impe-

rial foi redefinido com o imperador desejoso em demonstrar o acesso a um alto patrono, um divino *comes* ou *conseruator* ou *philos* – literalmente, *acompanhante* ou *conservador* ou *amigo/companheiro* –, cujo favor, intermediado pelo imperador, protegia o Império de seus poderosos inimigos (DRAKE, 2000, p.61).

No mundo romano, o sucesso militar era entendido como prova do favor divino; desta forma, o relacionamento entre o imperador e o divino era visto como a chave para seu sucesso. A representação desse relacionamento – encontrada em moedas, inscrições e monumento – era, desse modo, central para a afirmação do poder imperial.

Por exemplo, no caso da Moeda 1, temos no anverso a efígie de Diocleciano barbado, com a coroa radiada, em vestes militares. A legenda apresenta a titulatura completa pós-Reforma Monetária. No reverso, observa-se Júpiter entregando a Vitória sobre o Globo a um General – que pode ser identificado como Diocleciano – símbolo do triunfo, especialmente militar, da Tetrarquia, o que foi conseguido pela unidade dos soldados, o que denota a legenda *CONCORDIA MILITVM*⁸, e tantas outras *VIRTVS MILITVM* do mesmo período.



Moeda 1

• **Datação:** Cysicus, c.295-297. AE / Follis

• **Anverso:** Diocleciano barbado, radiado, colgado, em vestes militares, à direita.

▪ **Legenda:** IMP C C VAL DIOCLETIANVS P F AVG

- **Desenvolvimento:** *Imp(erator) C(aesar) C(aius) Val(erius) Diocletianus P(ius) F(elix) Aug(ustus)*
- **Tradução:** Imperador César Caio Diocleciano Pio Feliz Augusto
- **Reverso:** Júpiter, à esquerda, presenteia um General com a Vitória sobre um globo que o coroa
- **Exergo:** *Inexiste*
- **Legenda:** *CONCORDIA MILITVM*, Kâ
- **Tradução:** Concórdia militar, ou dos soldados
- **Bibliografia:** RIC VI, Cysicus, 15a. <http://www.wildwinds.com/coins/ric/diocletian/i.html>
- **Escala:** 3:1

Essa moeda é datada dos anos 295-299 (SUTHERLAND, 1967, p.581), representando, neste contexto, o triunfo dos exércitos romanos sobre os germanos que pressionavam o *limes* Reno-danubiano, as vitórias de Constâncio na Britânia, e a vitoriosa campanha de Galério contra os persas.

A entrega da Vitória a Diocleciano também representa a concessão de um *beneficium* ao imperador. Dessa forma, Júpiter é o patrono de Diocleciano, sendo este o único que pode conseguir o favor desta divindade suprema, o que, por sua vez, era símbolo de afirmação do sistema político.

Essa promoção do culto das deidades tradicionais deve ser entendida no contexto da vivificação do ideal de *romanitas*⁹, no qual “Lealdade à Tetrarquia exigia fidelidade ao culto tradicional” (DIGESER, 2000, p. 30).

Tal era a importância dada a essas idéias, que aqueles que obstinadamente se recusavam a tomar parte de tais atividades, eram vistos como pessoas que punham em risco a salvação do Império, o que era visto como um ato de traição e sacrilégio – como foi o caso dos cristãos perseguidos após os editos de 303.

Isso evidencia seus esforços em fortalecer o culto dos deuses protetores da *Res publica*, pois, como propõe Digeser (2000, p. 1-17): Diocleciano e seus colegas foram representados em suas moedas e inscrições como tendo um relacionamento muito especial com os deuses, sendo, inclusive, representados com os atributos específicos de certas divindades.

Embora alguns desses atributos possam parecer impressionantes para os olhos modernos, educados numa longa tradição ideológica judaico-cristã, eles devem ser vistos como associações bastante costumeiras ao ideário místico baixo-imperial romano.

A *pietas* do imperador em relação aos deuses era a razão de sua *bona fortuna*, a qual, por seu turno, permitia-lhe um reino vitorioso e invicto. Esse relacionamento especial era refletido na titulatura imperial – padronizada após a reforma monetária de 293-294 – com os epítetos *pius felix*. A *pietas* dos imperadores era difundida em moedas que apresentavam os tetrarcas oferecendo libações aos deuses em frente a um acampamento militar, com a legenda *PROVIDENTIAE AVGG*¹⁰.



Moeda 2

• **Datação:** Antioquia, c.294-295.
AR/Argentus

• **Anverso:** Diocleciano barbado, laureado, à direita.

▪ **Legenda:** *DIOCLETIANVS AVG*

- **Desenvolvimento:** *Diocletianus Aug(ustus)*
- **Tradução:** Diocleciano Augusto
- **Reverso:** Os tetrarcas sacrificam ante uma arcada com quatro torres.
- **Exergo:** ANT
- **Legenda:** *PROVIDENTIAE AVGG, * H*
- **Tradução:** Augustos da Providência
- **Bibliografia:** RIC VI, Antioquia,31. <http://www.wildwinds.com/coins/ric/diocletian/i.html>
- **Escala:** 3:1

De uma forma geral, as práticas de representação no período da Tetrarquia buscavam relacionar os imperadores com o sagrado, a fonte por excelência de suas autoridades e legitimidades.

Nas moedas, através da onomástica imperatória, propagavam-se motivos relacionados à *pietas* tradicional (*pious*) e ao providencialismo (*felix*), principais temas do período tetrárquico, especialmente após a Reforma de 293-294.

Quanto às legendas, a recorrência à proteção de Júpiter e Hércules era o motivo principal do ideário e mística imperiais que subjaziam a Tetrarquia. Estabelecendo-se um confronto com a documentação escrita, percebemos os mesmos motivos alegóricos: Hércules, pacificador do mundo, traz a vitória a Júpiter (**Moeda 3**), simbolismo próximo ao relacionamento entre Maximiano e Diocleciano, aventado por Mamertino nos panegíricos de 289 e 291.



Moeda 3

• **Datação:** Antioquia, c.286. AE/
Antoninianus

• **Anverso:** Diocleciano barbado, radiado, em vestes militares, à direita.

▪ **Legenda:** *IMP C C VAL
DIOCLETIANVS P F AVG*

- **Desenvolvimento:** *Imp(erator) C(aesar) C(aius) Val(erius) Diocletianus P(ius) F(elix) Aug(ustus)*
- **Tradução:** Imperador César Caio Diocleciano Pio Feliz Augusto
- **Reverso:** Júpiter, em pé à direita, com um manto, segurando o cetro e o globo, de frente a Hercules com a pele do Leão, clava e a Vitória sobre o globo, a qual coroa Júpiter
- **Exergo:** XXI / * C
- **Legenda:** *IOV ET HERCV CONSER AVGG*
- **Desenvolvimento:** *Iov(i) et Hercu(li) Conser(uatoris) Aug(ustorum)*
- **Tradução:** A Júpiter e Hércules conservadores dos (2) Augustos
- **Bibliografia:** RIC V-2, 275 <http://www.wildwinds.com/coins/ric/diocletian/i.html>
- **Escala:** 3:1

Por conseguinte, ao cotejarmos as representações imperiais expostas nos panegíricos com as difundidas pelas moedas, constatamos a sacralização da figura do Imperador – processo que se desenvolveu desde meados do século III – era central na afirmação do poder imperial.

Isso demonstra a interação dos critérios legitimadores do poder imperial romano com os princípios que definiam a realeza sagrada helenística e persa, perante os quais o imperador romano se associava à divindade, chegando, inclusive, a se identificar com ela. Nesse sentido, ficava definitivamente afastada a ficção jurídico-constitucional que dominou o processo sucessório no Principado.

Dessa forma, nossa análise intertextual nos permite afirmar que a legitimação do poder imperial, durante o Baixo Império, seguiu as tendências traçadas por Diocleciano, algo que nos leva a confirmar a afirmação de Finley (1991, p.172) no sentido de que este imperador pode ser considerado o verdadeiro criador do Império Bizantino.

No período de Constantino I (306-337), essa tendência se consolidou ao adaptar os sistemas de representação da legitimidade do poder imperial à nova visão de mundo cristã – que acabou por se tornar predominante no contexto sociocultural –, seguindo as idéias desenvolvidas por Paulo de Tarso (**Romanos** 13.1-6) e Pedro (**I Pedro** 2, p. 13-14, 17), segundo as quais toda a autoridade terrestre é constituída por Deus. Reforçava-se, desse modo, a representação simbólica do imperador como um monarca sagrado e inviolável, cuja escolha era divina, e apenas Deus poderia dispor sobre ele.

Documentação textual

Biografos y Panegiristas Latinos. Tr. L. E. Barena *et alli*. Madrid: Aguillar, s/d.

LACTANCE [Lactantius]. **De la mort des persécuteurs.** Tr. J. Moreau. Paris: Les Belles Letres, 1954.

Scriptores Historiae Augustae. Tr. D. Magie. London: William Heinemann, 1953. (The Loeb Classical Library)

Catálogos Numismáticos

SUTHERLAND, C.H.V. From Diocletian's reform (A.D. 294) to the death of Maximinus (A.D. 313). *In*: SUTHERLAND, C.H.V.; CARSON, R.A.G. **The Roman Imperial Coinage.** v. VI. London: Spink and Son LTD, 1967.

WEBB, P. Probus to Ammandus. *In*: MATTINGLY, H.; SYDENHAM, E.A. **The Roman Imperial Coinage.** v. V-2. London: Spink and Son LTD, 1933.

Bibliografia

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture.** Princeton: Princeton Univ. Press, 1963.

_____. **The civic culture revisited.** Boston: Little & Brown, 1980.

BÉRANGER, J. Le Genius Populi Romani dans la politique impériale. *In*: **Principatus; Études de notions et d'histoire politiques dans l'Antiquité gréco-romaine.** Genève: Libraire Droz, 1973.

CHESNUT, G. The Ruler and the Logos in Neopythagorean, Middle Platonic and Late Stoic Political Philosophy. *In*: TEMPORINI, H.; HAASE, W. (org.)

Aufstieg und Niedergang der römischen Welt. Berlim, New York: Walter de Gruyter, 1978.

CONCORAN, S. *Before Constantine.* In: LENSKI, N. (ed.) **The Cambridge Companion to the Age of Constantine.** New York: Cambridge University Press, 2006.

DIGESER, E. **The Making of a Christian Empire; Lactantius and Rome.** Ithaca & London: Cornell University Press, 2000.

DRAKE, H. A. **Constantine and the Bishops; the politics of intolerance.** Baltimore & London: The John Hopkins University Press. 2000.

ELSNER, J. **Imperial Rome and Christian Triumph; The Art of the Roman Empire AD 100-450.** Oxford, New York: Oxford University Press, 1998.

FINLEY, M. I. O imperador Diocleciano. In: _____. **Aspectos da Antiguidade.** [1960-68]. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOLDSWORTHY, A. **The Complete Roman Army.** London: Thames and Hudson, 2003.

GONÇALVES, A. T. M.. Os Severos e a Anarquia Militar. In: SILVA, G.V. da. MENDES, N. M.. **Repensando o Império Romano.** Vitória: EDUFES; Rio de Janeiro: MAUAD, 2006. p. 175-191.

HIDALGO DE LA VEGA, M^a J. **El intelectual, la realeza y el poder político en el Imperio Romano.** Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995.

HOWGEGO, Ch. **Ancient History from coins.** New York: Routledge, 1995.

MORESCHINI, Claudio. NORELLI, Enrico. **História da Literatura Cristã Antiga Grega e Romana.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PIGANIOL, A. **Histoire de Rome.** Paris: Presses Universitaires de France, 1949.

RODRIGUES GERVÁS, M. J. **Propaganda política y opinión pública en los Panegíricos Latinos del Bajo Imperio.** Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991.

SCOTT, J. C. **Domination and the Arts of Resistance; Hidden Transcripts.** New Haven. London: Yale University Press, 1990.

SILVA, D. P. da. **Lactância contra a Tetrarquia.** Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: IFCS, UFRJ, (Monografia, bacharelado em História), 2007. 145 p.

SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. Diocleciano e Constantino: a construção do Dominato. *In: _____ Repensando o Império Romano*. Vitória: EDUFES; Rio de Janeiro: MAUAD, 2006. p.193-219.

_____. As Representações do poder imperial em Roma entre o Principado e o Dominato. *In: Dimensões. Revista de História da UFES*. Vitória: UFES, 2004, p.241-270.

WEBER, M. **Economia e Sociedade; Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ZANKER, P. **The Power of Images in the Age of Augustus**. Michigan: The Michigan University Press, 1988.

Notas

¹ O Projeto de Pesquisa conta com o apoio do CNPq através da concessão de bolsa de produtividade.

² A elaboração deste artigo em conjunto com o atual mestrando do PPGHC/UFRJ, Diogo Pereira da Silva, também se mostrou pertinente diante das razões que se seguem: 1) o ex-bolsista recebeu bolsa PIBIC; 2) a temática exigiu esforço e dedicação, pois se trata de um assunto pouco estudado e somente existe bibliografia em língua estrangeira. Ademais, os resultados obtidos se caracterizam pela interdisciplinaridade, pois foi necessário o aprendizado do latim e o diálogo entre a História, a Epigrafia e a Numismática, para o qual foi inestimável a orientação da Prof^a. Dr^a. Maricé Magalhães; 3) os resultados obtidos foram sintetizados para elaboração de monografia de bacharelado e para o pré-projeto da dissertação de Mestrado. Logo, considerando a importância das bolsas de Iniciação Científica à pesquisa, a elaboração deste artigo tem como objetivo ser um estímulo aos pesquisadores de Iniciação Científica que realizam um trabalho sério, com interesse e rigor científico.

³ Vide SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. 2004.

⁴ Os **Panegíricos Latinos** são uma coleção de orações proferidas em fins do século III e no século IV na Gália, por ocasião de celebrações imperiais (jubileus, casamentos, *aduentus*, triunfos...). Os manuscritos foram encontrados por Giovanni Aurispa, em 1434, sendo compostos pelo Panegírico de Plínio a Trajano (proferido no 100), e mais onze orações relativas a imperadores entre 289 e 389.

No presente artigo, trabalharemos com os panegíricos II e III a Maximiniano, proferidos por Mamertino em 289 e 291, respectivamente, (vide nota 6); IV, proferido em

297 a Constâncio, cujo autor nos é desconhecido; e VII, proferido em 310 a Constantino, cujo autor também nos é desconhecido.

⁵ Lactâncio (c.250-c.325): retor cristão norte-africano, de origem pagã. Estudou retórica com Arnóbio, antes de seguir para Nicomédia, a pedido do imperador Diocleciano, para ensinar retórica na principal capital da Tetrarquia. Nessa cidade, se converteu ao cristianismo e, após o início das perseguições, começou a escrever tratados apologeticos, teológicos e de crítica à Tetrarquia. Em sua avançada velhice, foi tutor de Crispo, filho de Constantino, em Trier, daí, grande parte dos trabalhos historiográficos aventarem uma relação especial de Lactâncio com este imperador. Para mais informações, remetemos aos recentes trabalhos de Digeser, 2000; e SILVA, 2007.

⁶ Estes panegíricos (**Pan. Lat. II; Pan. Lat. III**) foram pronunciados por Mamertino, nos anos 289 e 291. Esse orador era oriundo da Gália Oriental, possivelmente da região de Trier. Não temos dados sobre sua vida, entretanto, por ter tido o privilégio de pronunciar dois discursos ao imperador, conclui-se que era um orador de prestígio, possivelmente um membro da administração imperial em Trier.

⁷ Conceito desenvolvido por SCOTT, 1990, para analisar as interações diretas entre os grupos dominantes e subordinados. O transcrito público tem cinco funções políticas: afirmação, ocultação, euforização, estigmatização e dar uma aparência de unanimidade. O transcrito público é demonstrado nas múltiplas simbolizações e representações do poder, sendo os gestos e a materialidade simbólicos da dominação que manifestam e reforçam uma ordem hierárquica.

⁸ **RIC VI** *Tessalônica* 8 (cunhadas entre 298-299); *Heraclea* 13, 14, 15, 16, 21, 22 (cunhadas entre 295-298); *Cysicus* 13, 14a, 14b, 15a, 15b, 16a, 16b, 17, 18a, 18b, 19a, 19b (cunhadas entre 295-299); *Antioquia* 60a, 60b, 61a, 61b, 62a, 62b, 63a, 63b (cunhadas entre 296-297); *Alexandria* 46a, 46b, 47, 48a, 48b (cunhadas entre 296-297).

⁹ Para um aprofundamento desta questão remetemos a SILVA, 2007.

¹⁰ **RIC VI** *Roma* 10a, 10b, 11a, 11b, 12, 13, 30, 34a, 34b, 35a, 35b (cunhadas entre 294 e 297); *Siscia* 33a, 33b, 54a, 54b (cunhadas entre 294 e 295); *Tessalônica* 9 (cunhadas entre 298-299); *Heraclea* 1, 5, 9 (cunhadas em 294); *Cysicus* 4 (cunhadas entre 294 e 295); *Antioquia* 31 (cunhadas entre 294-295).